



**ABDIB  
FÓRUM  
2023**

**AVANÇOS NA  
INFRAESTRUTURA E  
REINDUSTRIALIZAÇÃO**



**12 DE ABRIL, BRASÍLIA (DF)**

### INFRAESTRUTURA EM DEBATE

FOTOS: GERALDO LIMA



O ABDIB Fórum 2023, realizado no dia 12 de abril, foi o maior e mais representativo encontro da infraestrutura e das indústrias de base já realizado no Brasil. Com a presença de mais de 800 pessoas ligadas ao setor, reunidas no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília, autoridades dos três poderes, empresários e especialistas na área avaliaram a situação e as necessidades dos diferentes segmentos da infraestrutura, tendo como base a Agenda de Propostas elaborada pela ABDIB e entregue aos principais candidatos à presidência da República em 2022



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

O encontro, que coincidiu com a marca dos cem dias do novo governo, foi aberto pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e pelo presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark. O evento contou, também, com a participação do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, do ministro presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, e de cinco ministros do atual governo.

Também estiveram presentes o presidente do Senado em Exercício, Veneziano Vital do Rego, o deputado federal Arnaldo Jardim, diversos secretários de governo, presidentes de cinco Agências Reguladoras e representantes nas principais instituições estruturadoras e financiadoras de projetos de infraestrutura que atuam no mercado brasileiro.

**“Infraestrutura é coisa de Estado e o Estado somos todos nós.”**

**André Clark,**  
Presidente do Conselho de Administração da ABDIB

Um dos pontos que permearam as discussões nos oito painéis em que se dividiu o evento foi a necessidade de se adotarem medidas que possibilitem o planejamento de longo prazo dos investimentos em infraestrutura no bojo de uma política de desenvolvimento voltada para a reindustrialização do país e para a transição energética. Em seu discurso de abertura, o presidente do Conselho de Administração da ABDIB André Clark afirmou que “infraestrutura é questão de Estado, sendo Estado com E maiúsculo” — e a elaboração de uma política para o setor envolve a participação do governo, dos empresários, da sociedade civil e dos especialistas representados no Fórum.

Clark ressaltou a liderança da ABDIB na formulação de uma agenda de desenvolvimento que tenha como meta a ampliação da oferta de empregos e da geração de renda a partir da exploração do potencial do país para o avanço da geração de uma energia limpa e renovável. “Diante das mudanças climáticas que o mundo vem enfrentando, o Brasil é a solução”, destacou.

### ***Alckmin defende a neindustrialização***

O presidente em exercício Geraldo Alckmin — que ocupava o posto durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, no mês de abril — defendeu a ampliação das parcerias internacionais do Brasil e o incremento do comércio com os países da América Latina. “É preciso começar pelos vizinhos”, afirmou. Alckmin também destacou o esforço da diplomacia brasileira no sentido de ampliar a presença internacional de produtos nacionais e citou como exemplo a recente retirada das placas de aço com liga de carbono da lista antidumping dos Estados Unidos — onde estava desde 1993. A derrubada dessa medida, destacou o presidente, será importante para a ampliação do mercado para os produtos siderúrgicos brasileiros.

Os esforços para estreitar os laços na política externa, segundo Alckmin, deverão ser acompanhados por

FOTO: GERALDO LIMA



**“ Eu quero trazer uma palavra de otimismo: o Brasil vai ter um crescimento forte e sustentável.”**

**Geraldo Alckmin,**  
Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento,  
Indústria, Comércio e Serviços do MDIC



medidas que reforcem pilares importantes na política nacional. A reforma tributária e a ancoragem fiscal são dois desses pilares. Para Alckmin, as reformas em curso simplificarão o sistema tributário ao unir cinco impostos sobre o consumo em apenas um tributo. Essa medida ajudará a reduzir o chamado custo-Brasil e estimular exportação. A ancoragem fiscal, que permitirá investimentos em infraestrutura sem descuidar das metas do controle de gastos, deverá gerar um novo ciclo de desenvolvimento.

A lógica, segundo ele, é conter as despesas públicas nos momentos de forte crescimento econômico e garantir um piso de investimentos em caso de desaceleração. De acordo com o presidente em exercício, a garantia do Estado aos investimentos privados em infraestrutura precisa levar em conta três variáveis: os juros, os impostos e o câmbio. Para ele, o câmbio vive um momento favorável. A situação tributária deverá melhorar no bojo das reformas em curso. Os juros, por sua vez, deverão melhorar, com a redução gradual da taxa Selic — proporcionando a ampliação da oferta de crédito aos investidores. Isso, segundo ele, possibilitará não a reindustrialização, mas a neindustrialização do Brasil — dentro de uma perspectiva que leve em conta projetos industriais mais modernos e sustentáveis.

### DESTAQUES DAS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

- Reforma tributária
- Ancoragem fiscal
- Diversificação das formas de amparar o crédito, em especial, com Fundos garantidores
- Redução do custo Brasil
- Estimulo à competitividade
- Inovação pelo PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de semicondutores e energia renovável
- Recriação do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços

FOTO: GERALDO LIMA



Presidente em exercício, Geraldo Alckmin, participou da abertura do evento.

### DIRETRIZES DOS TRÊS PODERES PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA DE BASE

#### CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Por Venilton Tadini, presidente-executivo da ABDIB

A contextualização trazida na fala inicial de Venilton Tadini centrou nos aspectos fundamentais do regime democrático brasileiro. Tadini destacou que a democracia no Brasil já enfrentou “uma série de desafios e soube sair mais sólida e capaz de resistir às ameaças de ruptura institucional”. Os momentos mais críticos sempre deixaram claro o papel e importância dos

Três Poderes da República para salvaguardar o Estado democrático de Direito. Independentemente entre si, dentro das atribuições específicas de cada um, são igualmente responsáveis pelo rumo do país na construção de uma sociedade livre, justa e solidária com garantia do desenvolvimento nacional e erradicação da pobreza. Para tanto, Tadini afirma que é preciso políticas que estimulem investimentos públicos e privados capazes de gerar emprego e renda em ambiente de equilíbrio fiscal e segurança jurídica.



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

FOTO: GERALDO LIMA



O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, representou o Judiciário no encontro.

### TRÊS PODERES ATUANTES PELO DESENVOLVIMENTO E INDEPENDENTES ENTRE SI

O painel “Diretrizes dos Três Poderes para o desenvolvimento da infraestrutura e indústria de base”, mediado por Cristiano Noronha, da Arko Advice, contou com a participação de quatro painelistas, entre eles o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Os convidados enfatizaram a importância de acelerar investimentos no país

e buscar consenso em políticas públicas para o desenvolvimento a longo prazo. As falas foram divididas em duas questões-guia. A pergunta inicial conduzida por Noronha para os painelistas foi “Qual o papel de cada um dos Poderes da República na construção de um ambiente institucional equilibrado, que permita o desenvolvimento da infraestrutura e das indústrias de base no Brasil?”

FOTO: GILMAR FÉLIX

Desde a Constituição de 1988, nós temos vivido alguns experimentos institucionais, ora maior participação para o poder Executivo, ora para o Legislativo e, claro, um papel singular do Judiciário e do Supremo no controle da constitucionalidade das leis, o que garante a segurança jurídica. No que diz respeito ao Judiciário, eu diria que nós devemos e procuramos atender o desiderato de dar segurança jurídica. O marco regulatório do saneamento, a questão das concessões, o Tribunal deu prioridade porque sabia que estava a lidar com o tempo sensível e a insegurança jurídica militava contra o investimento. Este seminário e outros fóruns são marcos da nossa capacidade de reinvenção dentro do texto constitucional. Em 5 de outubro, celebraremos os 35 anos de Constituição e não é banal porque é o mais longo período de estabilidade constitucional da vida republicana começada em 1889.



Ministro do Supremo Tribunal Federal  
**Gilmar Mendes**

FOTO: GERALDO LIMA



Ministro-chefe da Casa Civil  
**Rui Costa**

Infraestrutura é uma questão de Estado e não de governo, portanto, precisamos ter previsibilidade no tempo, segurança jurídica e a dimensão de que somos um país continental com realidades sociais e econômicas absolutamente diferentes. Há a tendência do plano federal a engessar ou reduzir a um só modelo, como se o país fosse um só. Não se pode oferecer as mesmas soluções e as mesmas obrigações para a cidade de São Paulo (terceiro orçamento do país, atrás só da federação e do Estado de São Paulo) e para a cidade de Buritirama, no oeste da Bahia, Estado que governei. É preciso dar liberdade, flexibilidade e opções para que em cada região do país se encontre aquela modelagem de infraestrutura adequada.

A assinatura do novo decreto do saneamento básico é um exemplo, o presidente Lula assinou para se abrir um leque de possibilidades para o investimento privado no abastecimento de água e reciclagem de resíduos sólidos. Lançaremos o novo plano de investimento no Brasil, o chamado novo PAC, buscando agregar de forma forte e consistente concessões e de forma inédita parceria público-privada no âmbito federal.



FOTO: GERALDO LIMA



Ministro-chefe da  
Casa Civil

**Rui Costa**

### Um convite importante

Quero deixar o convite para os interessados apresentarem projetos de PMIS (Procedimento de Manifestação de Interesse Social) e queremos celeridade, podemos economizar tempo recepcionando projetos de PMIS para que tornemos estes em projetos públicos e licitações e para que não fique só no poder público a responsabilidade de elaboração dos projetos.

### Um otimismo

Por determinação do presidente Lula, nós vamos ser céleres na retomada dos investimentos neste país, inclusive obras e rodovias paradas. Lançamos o aplicativo mãos à obra para os municípios atualizarem o status de cerca de 16 mil obras paralisadas no país para que os custos sejam atualizados e a obra concluída. Quatro mil quilômetros de rodovias concedidas estão sem atingir as metas e vamos rever a situação com as agências.

A queda vertiginosa da nossa industrialização nos impõe que tenhamos a capacidade de voltar a uma normalidade, a qual sugere a participação da sociedade civil, da classe política e do Executivo que faz nortear as linhas de um período governamental. Há muito ouvimos ser o Brasil “o país das potencialidades inúmeras e vocações incontáveis” e esperamos que deixe de ser um truísmo para que possamos usufruir dessa condição. Os investimentos e a retomada passam pelo fortalecimento das relações constitucionais democráticas, Não é possível imaginarmos crescer e legislar, conceber políticas públicas, se ainda nos permitimos ver princípios da democracia ameaçados, é preciso voltarmos à normalidade.

O compromisso do Senado Federal é de trazer essas respostas, com atuação parlamentar. Como foi o caso do marco do saneamento, marco das ferrovias, o marco da cabotagem, entre tantas outras legislações, há de convir que estamos no cumprimento das nossas obrigações e queremos assim seguir. Legislar apressadamente é legislar mal, pois terá de se corrigir no futuro.

### Reforma tributária

É bom ouvir do presidente Lula e do governo federal que o Executivo vai participar da reforma tributária. Evidentemente passará por um amplo debate, mas é desta forma, de maneira ampla, arejada, distensionada. Assim vamos construir uma proposta que não apenas simplifique, mas diminua esta carga, que é escorchante, vivida pelo setor produtivo nacional.

FOTO: GERALDO LIMA



Vice-Presidente  
do Senado

**Veneziano Vital  
do Rêgo**

FOTO: GERALDO LIMA

Planejem-se para crescer, contar com oportunidades e fazer este país superar décadas de um baixo crescimento que lamentamos muito porque o custo social é imenso e fica maior se a infraestrutura não cresce. Nós temos hoje um virtuoso arranjo institucional no país, as nossas instituições passaram por um teste duro no período recente de extrema polarização política com abundância de adjetivos e carência de substantivos. Acho que hoje se conforma uma certeza de que haverá um clima harmônico entre os poderes. Quero reforçar os avanços do Congresso e citar os feitos legislativos: autorizações ferroviárias, a BR do mar, o marco do saneamento, a lei cambial, a lei das licitações, a lei da recuperação judicial e a autonomia do Banco Central. Tivemos um protagonismo do Legislativo que permitiu avançar na Reforma Previdenciária, e sobre isto, o Senado e a Câmara são diversos, mas há a conformação de uma sólida maioria reformista.



Representante  
da Câmara dos  
Deputados

**Arlindo Jardim**

### OTIMISMO PREDOMINANTE

*As falas dos participantes no painel sobre as diretrizes dos Três Poderes trouxeram como consenso o otimismo em relação a dar celeridade às políticas públicas que permitam a retomada dos investimentos em infraestrutura no país para aumentar a participação do setor no PIB outra vez. Há direcionamento do Executivo para priorizar retomada de obras paralisadas, elaboração de novos projetos de licitação e ampliação de formas e modelagens de parcerias público-privadas. Do Legislativo houve também a*

*indicação otimista de construção conjunta das legislações reformistas para impulsionar o desenvolvimento do país no curto, médio e longo prazos. De parte do Judiciário, houve ênfase para o ambiente favorável em relação ao ambiente de estabilidade institucional e fiscalização entre os Três Poderes com participação do judiciário sempre que se fizer necessário. Cristiano Noronha encerrou o painel agradecendo e enfatizando a importância da presença dos representantes dos Três Poderes no evento da ABDIB.*

FOTO: GERALDO LIMA



O encontro teve mais de 800 pessoas inscritas para os painéis presenciais.



## SEGURANÇA JURÍDICA NA INFRAESTRUTURA

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Por Venilton Tadini, presidente-executivo da ABDIB

*O presidente-executivo, Venilton Tadini, abriu a fala de contextualização sobre o tema enfatizando os problemas em relação ao ambiente de negócios, especialmente quanto à falta de segurança jurídica, enfrentados pelas concessões de infraestrutura. O desrespeito a contratos, a regulação com brechas legais e as decisões inesperadas do Judiciário estão entre as maiores preocupações dos investidores do setor de infraestrutura.*

*Para Tadini, ter segurança jurídica não significa que não haverá conflitos, incidentes, imprevistos ou intercorrências ao longo da execução contratual de 20 ou 30 anos, mas que a solução será conduzida de acordo com*

*as regras devidamente pactuadas. Para tanto é preciso fortalecer os órgãos reguladores e de fiscalização. Para Tadini, é preciso conter “tentativas de alterar as responsabilidades da Agência Nacional de Águas e a Emenda de autoria do deputado Danilo Fortes (União/CE) que pretende esvaziar as atribuições das agências reguladoras”.*

*A ABDIB considera fundamental o fortalecimento da segurança jurídica, para que o país possa garantir a expansão dos projetos de concessão na infraestrutura econômica e social. Um ambiente de negócios com mais segurança jurídica será mais evidente quanto mais clara e menos discricionária for a regulação, mais eficientes e independentes forem as agências reguladoras e mais célere e rápida forem as resoluções dos conflitos.*



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

FOTO: GERALDO LIMA



O presidente do TCU, Bruno Dantas, falou sobre os desafios para ampliar a segurança jurídica.

### O DESAFIO DE COMBATER O APAGÃO DAS CANETAS E AVANÇAR NOS MECANISMOS DE GARANTIA

*O moderador Roberto Penna, diretor-jurídico da CCR, fez a condução das falas dos painelistas com um direcionamento para o debate sobre o desejado equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e os aspectos legais e regulatórios, diante do desafio de aumentar a confiança dos investidores no Brasil. Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União, órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União, enfatizou a necessidade de ampliar a atuação do Tribunal na elaboração dos projetos para reduzir as brechas contratuais, e para isto foi criada a secretaria de controle externo de prevenção de conflitos e solução consensual.*

*A insegurança jurídica para contratos de PPPs com contraprestação pública federal requer um debate atento, mas mais ainda para os contratos no âmbito dos Estados e municípios. Nesta direção, o secretário de Reformas Econômicas do Ministério*

*da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, explicou que o governo federal está trabalhando mecanismos de garantias para melhorar a segurança na contrapartida, em especial, em relação a PPPs de infraestrutura social.*

*A Constituição Federal e a Lei das Estatais (Lei no 13.303/2016) estabelecem que as empresas públicas e sociedades de economia mista estão submetidas à fiscalização dos órgãos de controle, mas a fiscalização não pode implicar interferência na gestão dessas estatais, nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas. Francisco da Costa e Silva da, Bocater, Camargo, Costa e Silva, Rodrigues Advogados Associados, entende que essa interferência existe e preocupa e que a iniciativa do TCU de criar a secretaria de solução consensual é "fantástica", porém requer cautela, pois diante de alta demanda poderá haver um gargalo e travar as decisões.*

FOTO: GERALDO LIMA

O que nós pretendemos com a secretaria de prevenção de conflitos é criar um ambiente institucional de diálogo entre TCU, a agência reguladora, ministérios e o setor privado para discutir as cláusulas e entender o que funciona ou não para repactuação. Com isso, a mesa de diálogo vai construir uma proposta a ser distribuída a um relator do Tribunal de Contas. A proposta de acordo deverá ser enviada ao Ministério Público e, em seguida, ao Plenário para deliberação em um prazo de 90 dias. O objetivo é mudar o cenário atual no qual se tem muitos anos e anos de discussões intermináveis.

A secretaria pretende acelerar a resolução de conflitos de contratos de longo prazo em vigência para evitar que obras paralitem por falta de resolução. Quando falamos de contrato de serviço por longo prazo, falamos de contratos incompletos porque precisam ser calibrados ao longo do tempo para ficarem mais justos e adequados. Mas quando lançamos um contrato com margem de flexibilidade em ambiente de insegurança jurídica é a fórmula diabólica para que nada dê certo. Queremos garantir um futuro que dê certo e para isso o TCU pode contribuir tanto na etapa de elaboração dos projetos como na repactuação por consenso.



Presidente do TCU  
**Bruno Dantas**

FOTO: GERALDO LIMA

### Lei de Licitação

O TCU decidiu sobre os prazos previstos nas leis de licitações e contratos e estabeleceu a regra de direito intertemporal, a forma como se faz a transição entre a lei antiga e a nova. Decidimos que no período de adaptação, se os procedimentos tiverem iniciado até 31 de março, a lei antiga poderá ser considerada até 31 de dezembro.

### Fim do apagão das canetas

Eu acredito na análise concomitante, se as agências reguladoras e ministérios nos procurarem para discutir as bases desses reequilíbrios, o TCU não se furtará a fazê-lo. O objetivo é permitir que a agência reguladora tenha segurança na hora de assinar um aditivo. Hoje conhecemos o fenômeno do apagão das canetas que eu já chamei de infantilização da gestão pública, no qual o agente se comporta como uma criança insegura diante de um pai opressor. Precisaremos da construção coletiva.



Presidente do TCU  
**Bruno Dantas**

FOTO: GILMAR FÉLIX



Secretário de Reformas  
Econômicas do  
Ministério da Fazenda

**Marcos  
Barbosa Pinto**

Eu tive oportunidade de participar da lei de PPPs em 2003, depois na revisão da lei no Congresso e a questão da segurança jurídica nas contraprestações já era uma preocupação àquela época em que a lei foi feita. **A lei das PPPs foi uma experiência muito bem sucedida no Brasil**, mas ainda tem muito a fazer. Na medida em vamos avançando no Brasil com as concessões, é natural andarem primeiro os projetos em que há perspectiva de cobrar tarifa dos usuários para viabilizar os projetos. Esses projetos que tenham retorno econômico maior por meio de tarifas tendem a ir diminuindo e vamos avançar para projetos de outra natureza e que só possam ser executados como concessões administrativas e dependam exclusivamente da contraprestação pública. Nestes casos não é razoável supor que o investidor faça o investimento, sem garantia para os parceiros privados do que eles vão receber, já que será amortizado em 20, 30 anos. Eu honestamente acho que o risco da contraprestação pública é menor no âmbito da União, mas **entendo que o setor privado ainda tenha incerteza e estamos trabalhando para melhorar os mecanismos de garantia nas PPPs federais**. O maior problema e a maior demanda estão em pensar em mecanismos de garantia para contraprestação de Estados e municípios porque vem avançando muito em infraestrutura social como creches, escolas, hospitais e as divergências ideológicas se dissipando a este respeito, desde que se garanta o serviço essencial em PPPs. **O papel do governo federal é ajudar estados e municípios com segurança jurídica.**



FOTO: GILMAR FÉLIX

A propósito da secretaria de soluções consensuais acho que a intenção é fantástica: eliminar um gargalo e o tal do apagão das canetas nas agências reguladoras porque os agentes públicos têm receio de celebrar contrato e querem a toda hora ir ao TCU. A questão é qual será a modulação desta operação na secretaria porque pode se criar novo gargalo diante da alta demanda. Devemos olhar isso com cautela.

O mercado de capitais deve crescer mais no aporte de investimentos no país em havendo harmonia institucional no Brasil, respeito recíproco dos entes públicos, política econômica responsável e também previsibilidade. Mas tem também um papel importante do BNDES neste sentido, e ainda é preciso fortalecer o papel da Comissão de Valores Mobiliários. O investidor tem de ter certeza de que está sendo protegido.



Bocater, Camargo,  
Costa e Silva,  
Rodrigues Advogados  
Associados

**Francisco da  
Costa e Silva**

**BOCATER**  
ADVOGADOS

## INFRAESTRUTURA E REINDUSTRIALIZAÇÃO

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Por Venilton Tadini, presidente-executivo da ABDIB

*Venilton Tadini foi enfático ao reafirmar a necessidade de “estabelecer as prioridades para a retomada de crescimento do país”, destacando o respeito às condicionantes internacionais, a transição energética para a economia verde e o processo de desglobalização das cadeias produtivas. Para Tadini, é preciso alicerçar o desenvolvimento em três pilares estruturantes e disruptivos: investimento em infraestrutura, reindustrialização e melhoria da distribuição de renda para o desenvolvimento sustentável. Tadini considera necessárias as políticas públicas de ação indutora demonstrando prioridade na redução de dependência internacional com o foco na transição energética rumo à economia de baixo carbono, com a produção de energia limpa com*

*origem no hidrogênio verde, etanol, eólica e solar.*

*O Brasil tem executado políticas econômicas que favorecem as exportações de produtos primários em detrimento das de produtos de maior valor agregado, mas o Brasil precisa aproveitar as oportunidades que surgirão na esteira dos maiores movimentos de desglobalização que vem ocorrendo em decorrência da Covid-19 e da guerra Rússia-Ucrânia e focar na sua reindustrialização. Isso não significa reforçar estruturas protecionistas, mas, em políticas horizontais (tributação, juros, câmbio, educação, infraestrutura etc.) e verticais de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico para segmentos específicos da indústria. “Para sairmos da armadilha de país de renda média, precisaremos integrar o país à cadeia produtiva mundial da indústria”.*

FOTO: GERALDO LIMA



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

A mesa ampliou o debate sobre as políticas para a neindustrialização;

### PROPOSTAS PARA O AVANÇO DA INFRAESTRUTURA

*Com a moderação de Roberto Giannetti da Fonseca, sócio da Brasilis Kaduna, os painelistas abordaram a questão da reindustrialização do país na esteira dos movimentos da desglobalização, sem criar estruturas protecionistas, mas além das políticas horizontais criar políticas verticais de importância estratégica para a competitividade internacional. O secretário de desenvolvimento industrial, inovação, comércio de serviço do Ministério da Indústria e Comércio iniciou com uma questão conceitual: a diferenciação da reindustrialização para a neoindustrialização, ou seja, uma nova etapa de crescimento econômico para a indústria, como enfatizou Gianetti.*

*No diálogo com o José Luis Pinho Leite Gordon, Diretor*

*de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, Gianetti destacou que o Brasil precisa de um BNDES competitivo ao modelo de vários países do mundo. Gordon destacou que o Banco precisa rever as taxas para induzir a industrialização e apoiar a inovação no país, estimulando o desenvolvimento nacional e dando suporte para a exportação. Em uma crítica à cobertura da imprensa brasileira, Gianetti e Gordon afirmaram que há uma distorção de percepção sobre a atuação do Banco, pois, segundo Gordon, é equivocada a informação de que o BNDES coloca dinheiro em outros países. Nesta mesma direção, Gianetti afirma que um dos desafios é rever e melhorar a imagem pública do BNDES para formar opinião em favor do Banco.*

FOTO: GERALDO LIMA

Se a gente indagar qual país teve uma reindustrialização, veremos que absolutamente nenhum. Por isto, a perspectiva da neoindustrialização traz em si uma ideia de uma nova indústria para o país, com elementos básicos a exploração de capacidades nacionais constituídas. A identificação de setores nos quais temos capacidade nacional construída e possamos fomentar o desenvolvimento, com apoio do BNDES, na perspectiva da transformação digital e da sustentabilidade. O mundo hoje passa por transformações que abrem uma janela de oportunidades com medidas horizontais como o fortalecimento do sistema nacional da educação e as leis de incentivo no Brasil, mas também com medidas setoriais específicas que é a grande missão do Ministério da Indústria e Comércio.

A perspectiva hoje de tratar as políticas industriais é discutir com todos os atores por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e repito: o Brasil tem hoje uma janela de oportunidades única e o Brasil tem potenciais e capacidades.

Quando tem capacidades internas construídas é mais fácil absorver e internalizar a tecnologia para absorver a inovação, não é possível superar a renda média como um país que segue e imita tecnologia, é preciso ter um salto e o salto depende da capacidade de inovação. O CNDI será fundamental para construir uma proposta nacional de política industrial, a simbiose perfeita entre Estado e setor privado.



Secretário de  
Desenvolvimento  
Industrial, Inovação,  
Comércio e Serviços  
do MDIC  
**Wallace  
Moreira Lima**



FOTO: GERALDO LIMA



Diretor de  
Desenvolvimento  
Produtivo, Inovação  
e Comércio Exterior  
do BNDES

**José Luis Pinho  
Leite Gordon**

A indústria de transformação no Brasil encolheu, perdemos espaço no mercado mundial. Temos oportunidades na esteira da transição energética e na corrida mundial por semicondutores.

A grande batalha no BNDES será “Como o BNDES vai induzir a reindustrialização ou neoindustrialização?” Entre 2000 e 2010, 45% da carteira era para o setor industrial, nos últimos 6 anos caiu para 18% este apoio. O BNDES chegou a apoiar 6% do desembolso para inovação, hoje é menos de 1%. E os últimos 3 anos foram os piores anos para apoiar a exportação que o BNDES já fez. Enquanto isso, em mais de 100 países do mundo, como Estados Unidos, Canadá, China, Coréia existem estruturas públicas que apoiam as empresas a exportarem e ganharem mercado.

O BNDES tem o papel de impulsionar a indústria brasileira, mas nós temos de rever a TLP (taxa de longo prazo). Quem vai investir e apoiar a inovação com uma taxa de 18% ao ano?

E esta é a agenda que o presidente Mercadante tem adotado: “O BNDES voltou, não vai ser mais pequeno, mas precisa dos instrumentos para apoiar”. Então é preciso rediscutir o papel do BNDES e rever as taxas, ter um novo BNDES.

FOTO: GERALDO LIMA



Economista Chefe  
da FIESP

**Igor Rocha**

Recentemente a revista inglesa The Economist teve um artigo célebre questionando por que o Brasil teve uma desindustrialização e a resposta é diversa, não há um fator único, mas posso citar uns quatro ou cinco, que se não forem equilibrados vai ser muito difícil uma política industrial ter êxito. E uma política industrial muitas vezes fracassa, assim como a política de educação fracassa. É fato que 80% das políticas industriais no mundo fracassam. A Ásia fez isso bem porque seguiu as boas práticas de como fazer.

Os fatores a serem dirimidos: a improdutividade crônica, que passa pelas políticas de educação e formação profissionais, a estrutura tributária e as contas públicas prejudicadas, ou seja, política de estímulo à indústria e a reforma tributária precisam avançar. Além disso, há os aspectos macroeconômicos que impactam direto na indústria: tarifas de importação sem fechar a economia, a questão da volatilidade cambial e o incremento de competitividade no setor industrial”.

FOTO: GERALDO LIMA



Gestora de Relações  
Institucionais da WEG

**Ana Paula  
Hauffe Torquato**

O primeiro ponto que gostaria de colocar é que a transição energética é uma jornada que o mundo precisa percorrer para conseguir superar os desafios climáticos. E pegando um pouquinho do que já foi falado, a reindustrialização tem um papel fundamental para apoiar esta jornada com novos produtos, novos processos produtivos e novas indústrias. Além de criar uma contribuição do ponto de vista ambiental, mas com externalidades positivas no campo econômico e social.

**Eu destacaria quatro grandes tendências globais para o campo da energia para tomar como norte desenvolver políticas públicas para reindustrialização do Brasil que são: eficiência energética, energias renováveis, eletrificação dos transportes e digitalização na indústria 4.0.**

De acordo com um relatório da Energy Transition Outlook, publicado em 2022, em torno de 80% do sistema elétrico global em 2050 virá de fontes renováveis. No Brasil não é diferente, se a gente pegar, por exemplo, energia eólica no Brasil ocupa a sexta colocação no ranking global, hoje temos 24 giga de capacidade instalada e há dez anos tínhamos um giga, bem inferior. Da mesma forma que a energia solar, ocupamos o oitavo lugar no ranking da energia solar fotovoltaica, com 18 giga de geração distribuída e 8 de geração centralizada. Há uma década era 7 giga de geração distribuída e zero de centralizada. É importante ter uma cadeia produtiva de energia estabelecida no Brasil para o crescimento continuado do setor.

O etanol é um patrimônio nacional, mas o mundo está indo em outra direção, como a eletromobilidade. Precisamos pensar em uma indústria exportadora para o mundo. É importante políticas de desenvolvimento nacionais, mas também inserir a indústria automotiva nacional nas rotas tecnológicas globais como a eletromobilidade.

A indústria 4.0 é importante para o aumento da produtividade. Um exemplo: entre 2018 e 2019 uma fábrica de fios da WEG foi habilitada com sensores, internet das coisas, informação na nuvem, e outras tecnologias, depois de quatro anos de projeto tivemos um retorno de R \$21 milhões, sendo que o investimento foi de R \$4 milhões.

## VANTAGEM COMPETITIVA BRASILEIRA

*Para fechar o painel, Gianetti elogiou os painelistas e enfatizou a necessidade de uma junção de forças para dar um salto de qualidade para o Brasil. Para ele, de fato o país ter vantagens competitivas na energia renovável que pode surpreender o mundo com o crescimento*

*da energia eólica, solar e o hidrogênio verde. Para Gianetti, é importante “que a gente consiga traduzir essas oportunidades de forma concreta em negócios, exportação, renda, emprego para a nossa população”, encerrou.*





[www.weg.net](http://www.weg.net)

O seu  
**AMANHÃ**  
é o que nos **move**  
hoje.



Como será o seu amanhã?  
Como será o amanhã da produtividade, da  
consciência, da eficiência e da sustentabilidade?  
Todo dia nós estamos pensando no amanhã.  
No seu. No nosso. E no de todos.

Aponte seu smartphone para o QR-Code e saiba  
como nós da WEG pensamos o amanhã, hoje.



Driving efficiency and sustainability





### TRANSPORTE E LOGÍSTICA



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

O painel Transporte e Logística em função da amplitude e complexidade foi dividido em duas etapas para permitir aos painelistas o direcionamento do debate. O mediador André De Angelo, Diretor-País Brasil da Acciona, conduziu o debate sobre a matriz de transportes brasileira destacando de início uma das questões mais caras ao setor: a elevada concentração no modal rodoviário. Apesar da dependência rodoviária, apenas 12,3% da nossa malha é pavimentada e os níveis de qualidade são baixos. De Angelo foi direto sobre a causa deste cenário: a redução dos investimentos públicos em infraestrutura de transporte e logística. Os dados da última pesquisa Confederação Nacional dos Transportes apontam a insatisfação dos motoristas.

Ainda no tema, De Angelo destacou a importância de o Brasil também avançar na expansão da malha ferroviária, para reduzir a dependência rodoviária para cargas em geral. O marco legal das ferrovias trouxe mudanças significativas para o setor, mas é fundamental que se encontre maneiras de conceder as autorizações sob a proteção de uma regulamentação que dê segurança jurídica aos contratos. O Brasil apresenta baixa densidade da malha ferroviária em relação a países de dimensões continentais e mesmo diante de seus pares na América Latina. Nossa densidade corresponde a apenas 10%, quando comparada à da Índia, metade da do Canadá e 25% da do México “Difícil imaginar um significativo aumento da malha ferroviária sem atuação direta do poder público em parceria com o setor privado”, destacou.

**8,5% DAS RODOVIAS**  
SÃO CONSIDERADAS ÓTIMAS

**25,3% DAS RODOVIAS**  
SÃO CONSIDERADAS RUINS  
E PÉSSIMAS

**95% DOS PASSAGEIROS**  
JÁ SÃO TRANSPORTADOS POR  
AEROPORTOS CONCEDIDOS

FOTO: GERALDO LIMA



Diretor-País Brasil da ACCIONA  
**André De Angelo**

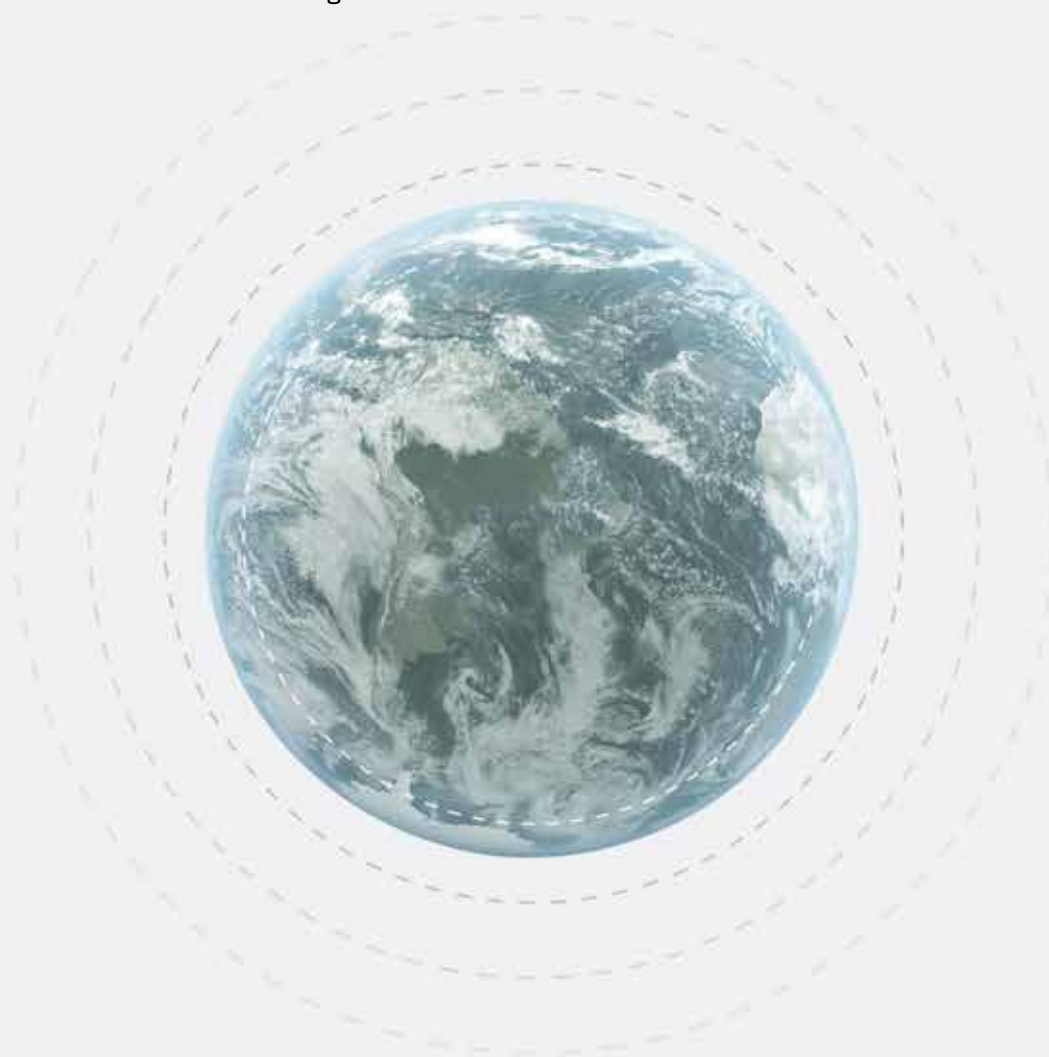
De Angelo também falou sobre a infraestrutura aeroportuária que avançou nos últimos anos com as concessões, com modernização dos terminais de passageiros e de carga, melhoria de eficiência operacional e ampliação das capacidades de transporte de carga e passageiros.

Para abrir aos painelistas, De Angelo conclui afirmando que os desafios dos setores de transporte e logística são enormes e será necessário inserir o planejamento em uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazos, combinando investimentos públicos e privados, no contexto da transição energética rumo a uma economia mais verde, de estabilidade de regras e de segurança jurídica na execução dos contratos.

# SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA UM PLANETA MELHOR

Na ACCIONA, oferecemos soluções sustentáveis para responder aos principais desafios globais. O nosso foco está nas pessoas e no planeta, e projetamos infraestruturas regenerativas para alcançar o seu bem-estar e conservação.

Porque acreditamos que existe uma maneira diferente de fazer negócios.



BUSINESS AS UNUSUAL

## *Aeroportos: concessões, ampliação e regionalização*

A pauta dos aeroportos deu início ao painel de Transporte e Logística. O primeiro a falar foi o **ministro Márcio França, de Portos e Aeroportos**, lembrando que o país vem fazendo o sistema de concessão de aeroportos há muitos anos e os principais já foram privatizados. “A nossa parte é fiscalizar para que as outorgas sejam cumpridas e para que as regras sejam cumpridas adequadamente no tempo certo e muitos aeroportos estão muito melhores do que eram antigamente, alguns nem tanto”.

França afirmou que o presidente Lula fez uma encomenda para que se fizesse o processo de regionalização da malha aérea com aeroportos regionais, com 99 aeroportos nos próximos anos. A ideia é fazer em três etapas: de 33 em 33 até chegar a 99 operações ampliadas, equipadas ou instaladas. “É para receber voos que sejam de carreira, cotidiano”.

O projeto de regionalização deve começar por um roteiro no Norte do país, que vai ser feito num formato possivelmente

FOTO: GERALDO LIMA



Ministro de Portos e Aeroportos

**Márcio França**

FOTO: GERALDO LIMA



O painel reuniu os principais representantes do setor de Transporte e Logística.



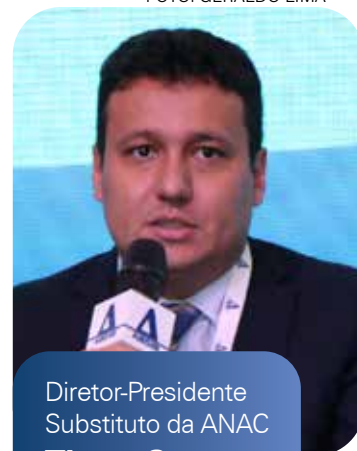
de PPP. O Brasil no ano passado chegou a **90 milhões de passageiros**. “É um número semelhante ao que tínhamos antes da pandemia. Entretanto, só dez por cento dos CPFs do Brasil compra passagens”. França destaca que o governo vai lançar um programa para ocupar espaços vazios nos voos brasileiros, nos meses que são intermediários, e possam ser preenchidos com pessoas que nunca voaram. “Esse é o nosso desafio no primeiro momento”.

Na sequência, o microfone passou para **Tiago Sousa Pereira, Diretor-Presidente Substituto da ANAC**, para quem foi direcionada a pergunta sobre quais são as perspectivas para o primeiro leilão de relicitação do aeroporto de Natal. O diretor da ANAC afirmou que o aeroporto de São Gonçalo do Amarante é muito importante para o Rio Grande do Norte, um Estado que tem uma atividade turística muito intensa.

“Do lado do investidor, é um aeroporto interessante, em uma região com alto interesse turístico, é um ativo que tem muito pouco risco, né? É só chegar e operar, então existe um grande interesse de diversos grupos, grupos que já operam no Brasil e grupos que estão tentando entrar no Brasil”, afirmou.

Na sequência, **Eduardo Camargo, CEO da CCR Rodovias**, afirmou que a CCR ganhou recentemente um lote de 15 aeroportos e “Conseguimos fazer a transferência e todas as transformações e agora a gente entra em outra fase de executar os grandes investimentos desses aeroportos. E aí a preocupação de todo o setor de infraestrutura na questão dos custos de construção.”

FOTO: GERALDO LIMA



Diretor-Presidente Substituto da ANAC

**Tiago Sousa Pereira**

FOTO: GERALDO LIMA



CEO da CCR Rodovias

**Eduardo Camargo**

## ***Setor aeroportuário e a perspectiva de expansão de hidrovias e investimentos***

Sobre o setor de Transporte Portuário, o **ministro Márcio França** retomou a palavra para se posicionar sobre uma proposta do governo Bolsonaro para privatizações das autoridades portuárias. “Sinceramente eu até questioneei o então ministro, de onde é que saiu essa ideia porque se fosse uma ideia que existem parâmetros internacionais, por que não fizemos do jeito que devia ser? Mas não existe no mundo todo, parâmetros disso”.

França enfatizou que, para ele, o modelo que está proposto e em vigor hoje é o correto, pois tem a autoridade pública no comando dos portos, mas as prestações de serviços são concessionadas. “Não há hoje no Brasil nenhum dos portos públicos que seja deficitário,

Favela  
Marte



# INVESTIR EM MOBILIDADE HUMANA É

*transformar*

# O CAMINHO DOS BRASILEIROS.

Investir em mobilidade humana é acreditar no Favela 3D, um projeto que vai transformar as comunidades do Brasil em lugares dignos, digitais e desenvolvidos.

Por isso, em parceria com a ONG Gerando Falcões, a CCR apoia a Favela Marte, o projeto piloto do Favela 3D.

Uma iniciativa que vai levar infraestrutura, tecnologia, saneamento básico, saúde, renda e lazer para os moradores da comunidade.

A gente vai investindo em transformação social.

**E VC,  
COMO  
VC VAI?**



TALENT MARCEL



Veja como a Gerando Falcões e a CCR estão mudando a vida dos moradores da Favela Marte.

  
GERANDO FALCÕES

 CCR \ VIVA SEU CAMINHO. — — — — —

FOTO: GERALDO LIMA



Diretor Geral da ANTAQ

**Eduardo Nery  
Machado Filho**

FOTO: GERALDO LIMA



CEO da Santos Brasil

**Antônio Sepúlveda**

todos são superavitários. Então não há porto deficitário e seria muito importante que os portos pudessem voltar a fazer as suas tarefas e ao mesmo tempo competir com os privados que agora tem total liberdade”.

**Nós, tendo no Brasil o formato de hoje com as alternativas à disposição, sinceramente, não há mais do que reclamar. Há o público, o privado, quem quiser um formato faz, quem quiser outro também pode fazer, né?**

Na sequência, **Eduardo Nery Machado Filho, Diretor Geral da ANTAQ**, concordou com o ministro França em relação à necessidade de atração de investimentos para a infraestrutura aquaviária no país. Há previsão para publicação de licitações de terminais em Maceió, em Fortaleza, e uma série de outros projetos inclusive de arrendamentos simplificados para exploração de terminais dentro da área do porto público.

Ainda na pauta do setor, **Antônio Sepúlveda, CEO da Santos Brasil** contou com orgulho sobre o projeto de concessão que completa neste ano 26 anos, “nós enxergamos uma transformação muito grande no setor portuário, a evolução do poder concedente, a evolução de agência reguladora foi muito grande”.

Sepúlveda afirma que o setor precisa de investimento, de projetos novos e investimento privado em parceria com o poder público. “Eu acho que agora, nesse momento, onde a gente tem instituições maduras, o que a gente poderia ter era uma discussão de como fazer com que o porto público consiga aumentar a sua velocidade e o seu ciclo de investimento”.

Ainda na pauta dos portos, o ministro França afirmou que as hidrovias são prioridade no governo porque o país precisa delas funcionando, não só internamente, mas também para outros países. “Só pra ter uma noção da prioridade do Presidente Lula, havia no orçamento deste ano R\$ 4 milhões de reais para a hidrovia e, na alteração da PEC passou para R\$ 400 milhões de reais”, inclusive para permitir abrir os portos para transporte de passageiros.

## ***Transporte rodoviário e mobilidade urbana***

O ministro dos Transportes, **Renan Filho**, abriu a segunda parte do painel Transporte Urbano e Logística para trazer o foco para o transporte rodoviário. Para Renan Filho, o Brasil investiu muito pouco nos últimos anos e nos anos anteriores. Segundo ele, em 2012, apenas o DNIT, investiu **R\$55 bilhões** em obras de infraestrutura. Sem a PEC da



transição, o orçamento proposto para esse ano seria de **R\$6 bilhões**, pela imposição que o teto de gastos provocou. Como foi visto, a situação da malha pavimentada federal encontra-se em péssimas condições. E graças à PEC da transição, foram alocados R\$1.8 bilhão para manutenção e conservação das rodovias federais depauperadas. Para o orçamento total de infraestrutura foram contemplados esse ano, cerca de R\$20 bilhões que é praticamente a soma dos quatro anos anteriores.

O governo atual propôs um novo arcabouço fiscal que ao mesmo tempo permite sustentabilidade fiscal do país e a retomada dos investimentos públicos para induzir mais investimentos na iniciativa privada também. “Então para minimizar os impactos desse cenário caótico que a gente recebe, a gente precisa fortalecer os investimentos públicos, garantir que os recursos sejam aplicados com integridade com uma seleção de projetos feita adequadamente”, afirmou.

“Eu acho que nós encontramos um novo caminho que é o novo arcabouço fiscal, precisamos também fazer uma reforma tributária, mas só a sinalização do arcabouço, sem a aprovação ainda no Congresso Nacional, já derrubou o dólar”, pontuou o ministro.

No mesmo tema, **Rafael Vitale Rodrigues, Diretor Geral da ANTT**, focou a fala na pauta da relicitação. Segundo Rodrigues, na agência existe um entendimento de que a relicitação é algo para gerar uma nova solução. Mas é preciso considerar os pontos de atenção, como a dificuldade de avançar e diminuição da velocidade de andamento dos projetos.

“Nós temos trabalhado na ANTT para dentro da curva de aprendizagem que hoje nós já temos em quatro relicitações, e que a gente possa acelerar cada etapa e frustrar menos os usuários, frustrar menos o Governo, frustrar menos as empresas que estão envolvidas nesse processo e possamos avançar para uma nova fase o quanto antes”, concluiu.

FOTO: GERALDO LIMA



Diretor Geral da ANTT  
**Rafael Vitale Rodrigues**

A mediação chamou de volta para a conversa Eduardo Camargo, da CCR, para falar sobre a experiência da CCR. Camargo aproveitou para elogiar a equipe de transição do governo que fez escuta de diferentes atores do segmento para entender justamente quais eram os desafios do setor. Na sequência abordou a questão de contratos que não performaram, e muitos estão entrando na relicitação. “Se a gente seguir o processo ordinário da relicitação, a gente só vai ver investimento nesses contratos daqui a três anos, né? Então eu acho que não atende o interesse público, ele não tá preservado nesse caso”, afirmou. Para Camargo, este é o grande desafio seja pela proposta do TCU de criar uma câmara de solução de conflitos administrativos, ou por outro meio, mas entende que é preciso fazer isso muito rapidamente.

FOTO: GERALDO LIMA



Ministro dos Transportes  
**Renan Filho**

Há 25 anos, demos o passo inicial para realizar nossa maior ambição: **criar conexões e reduzir distâncias.**

ISEB3



Somos responsáveis por **18% de toda movimentação** de contêineres e cargas **no país**. Oferecemos serviços portuários com logística integrada, atendendo **mais de 9 mil clientes** e impactando milhões de cidadãos no Brasil e no mundo.

De norte a sul.  
Do porto ao e-commerce.  
Do Brasil para o mundo.



[www.santosbrasil.com.br](http://www.santosbrasil.com.br)



@santosbrasiloficial



SANTOS BRASIL



### INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

O painel Infraestruturada e Desenvolvimento Social, mediado por Ramon Ferreira, Strategy Senior Manager e Head de Concessões e PPPs da Accenture, iniciou com a apresentação dos painelistas convidados para falar sobre os setores responsáveis por proporcionar o bem-estar e as condições básicas para a melhoria da qualidade de vida da população.

FOTO: GILMAR FÉLIX



Strategy Senior Manager e Head de Concessões e PPPs da Accenture

**Ramon Ferreira**

Ferreira destacou a importância do tema citando a criação do Comitê de Infraestrutura Social da ABDIB, com o objetivo de tratar da discussão e evolução de projetos que impactam diretamente na população. Os temas prioritários definidos são saúde, educação, segurança pública, recreação e habitação. Nesse contexto, o comitê tem quatro grandes objetivos: trabalhar na estruturação de projetos, no aperfeiçoamento de projetos em debate, em alterações legislativas e melhora nos modelos de financiamento e garantias.

Para os painelistas, o momento é especialmente importante, em razão da grande quantidade de projetos e oportunidades que deverão ser oferecidas em infraestrutura social a partir de 2023, principalmente nos Estados e municípios. Os números são expressivos. O setor mais maduro, o de saúde, conta com 23 projetos de PPPs, em operação ou em fase de estudo, em todo o país. Esse número deverá dobrar em 2023.

### *Saúde, educação e segurança pública: as áreas sociais prioritárias*

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Senador Wellington Dias, ex-governador do Estado do Piauí, abriu a participação anunciando a área social como prioridade no novo governo, “não era comum a área social tratar a infraestrutura, mas é bom a gente ir se acostumando”, disse.

Para o ministro, aquilo que é problema no Brasil, na área de infraestrutura, se enxerga como oportunidade para a indústria de base porque é o desejo do presidente Lula que se tenha uma infraestrutura focada no desenvolvimento econômico, mas também com esse olhar para o social.



FOTO: GILMAR FÉLIX



Ministro do  
Desenvolvimento e  
Assistência Social  
**Senador  
Wellington Dias**

“Nós temos o compromisso, enquanto governo, de trabalhar sim com o setor privado nessa área da infraestrutura. Já há um casamento muito importante, por exemplo, na área de habitação e destaco também essa área da educação onde, na prática, há várias modelagens com o setor privado” **Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social.**

O ministro lembrou que no Brasil quase a metade da população está em situação de pobreza, com o nome no Cadastro Único, o CAD-Brasil e esta é uma realidade desafiadora. E, entre os pobres, há os mais pobres, ou seja, 55 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza, pontuou Dias. O presidente Lula quer que a gente cuide dessas pessoas, integrando as obras com diretrizes de qualidade de vida como infraestrutura de habitação, calçamento, asfalto, energia, comunicação, ou seja, um conjunto de ações importantes, “para dar a mão e tirar essas pessoas da pobreza”, afirmou.

FOTO: GILMAR FÉLIX



O painel de infraestrutura social debateu os principais desafios para o setor.

Na sequência, Manoel Renato, secretário Adjunto de Infraestrutura Social e Urbana do PPI, afirmou que a pasta está apoiando nove setores, um número bastante expressivo de áreas de atuação e que esses são os setores que devem merecer uma consolidação das experiências para que o Brasil possa escalar e replicar modelos e projetos com mais qualidade.

“O nosso grande mantra é apoiar os governos estaduais, os governos municipais oferecendo uma certa padronização das experiências e desenvolvimento de projetos com qualidade”, afirmou.

Renato lembra que, em 2016, a Frente Nacional dos Prefeitos e a Confederação Nacional dos Municípios procurou o governo federal porque vários municípios e alguns governos estaduais estavam tentando fazer concessões e parcerias público-privadas e não estavam conseguindo. Na época, o índice de insucesso era da ordem de 93%. De cada cem projetos, só sete viravam contrato.

Por isso, para este governo, o secretário anunciou uma “fábrica de projetos”, da Caixa Econômica Federal, alicerçado num fundo de estruturação de projetos, que é alimentado com recursos do programa de parceria de investimentos para atender com capilaridade a todo território nacional. As áreas prioritárias são:

FOTO: GILMAR FÉLIX



Secretário Adjunto de Infraestrutura Social e Urbana do PPI

**Manoel Renato**

- **educação:** com foco em educação infantil, creches, unidades socioeducativas que é uma competência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.
- **habitação:** foco na locação social, que é uma demanda do Ministério das Cidades, para potencializar o componente de locação social do programa habitacional.
- **iluminação pública:** “talvez seja o caso de maior sucesso, nós temos hoje quarenta e oito projetos entre concluídos e projetos em estruturação”.
- **resíduo sólido urbano:** construção de modelos de manejo dos solos urbanos, que estão testados em dois consórcios públicos que é uma inovação importante.
- **água e esgoto:** em parceria com o BNDES é também prioridade
- **penitenciária:** apoio para dois Estados, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trazendo Minas Gerais como um exemplo de sucesso.
- **unidades de saúde:** tem um edital de hospital de Guarulhos publicado e o objetivo é ampliar a articulação com a política setorial de saúde
- **água e esgoto:** há dez projetos concluídos e 16 projetos em carteira.
- **mobilidade urbana:** o foco é o serviço intermunicipal em parceria com os Estados.

O secretário afirmou que os PPIs são meio, que atende aos reclames das políticas setoriais. “Então, não há nenhuma área que não possa ser revista e que não possa ser incluída, Essa é a mensagem mais importante”, concluiu.

A questão da fábrica de projetos foi o gancho para Ramon Ferreira passar a palavra para **Luciene Machado, Superintendente da Área de Estruturação de Projetos do BNDES**, que tem, segundo ele, “a maior fábrica de projetos do mundo”. Para Luciene, o papel do BNDES é justamente garantir que essas ações, por meio das fábricas de projeto que o BNDES estrutura, sigam funcionando e que o Banco esteja alinhado e contribuindo para as políticas nacionais. Mas Luciene fez um alerta: “Estruturar bom projeto é uma etapa, mas tá longe de ser o que faz a mágica acontecer, né?”.

Luciene entende que mais do que elaborar projetos é preciso perseverar: ter bons projetos, ter parceiros privados escolhidos com qualidade, acompanhar esse investimento, financiar uma parte dele e monitorar os resultados, ou seja, retroalimentar todo esse processo.

Em dados numéricos, a superintendente afirmou que nos últimos quatro anos, os projetos estruturados pelo BNDES somaram cerca de 42 leilões que alavancam, em termos de investimentos, em torno de R \$270 bilhões. “Então claro que isso levado a cabo é uma contribuição quantitativa, mas eu vou ficar com a contribuição qualitativa que o Manoel Renato se referiu que é tentar ter padrões e aperfeiçoar para os setores menos maduros”. O foco nesse novo ciclo, para Luciene, deve ser muito forte em saúde, educação e nos projetos dos presídios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que devem diferenciar o BNDES em relação à atuação no ciclo passado.

Na sequência, **Tomas Anker, Senior Investment Officer da IFC**, afirmou sentir um movimento muito profícuo nos últimos meses para a infraestrutura social, com uma série de projetos de fato indo efetivamente ao mercado e “acho que é um bom sentimento, porque, de fato, o setor era visto como um patinho feio de participação privada nos últimos dez anos, acho que a fotografia está mudando”.

Tomas Anker se mostrou otimista ao perceber os grupos de interesse conduzindo equipes e olhando projetos de infrasocial para colocar a pauta ao centro. Uma organização estruturada remete o especialista aos modelos que existem no Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e, para ele, “é um movimento interessante”. O executivo trouxe questões centrais para o tema, como a regulação de demanda em prestação de serviços

FOTO: GILMAR FÉLIX



Superintendente da  
Área de Estruturação de  
Projetos do BNDES  
**Luciene Machado**

FOTO: GILMAR FÉLIX



Senior Investment  
Officer da IFC  
**Tomas Anker**



sociais. Citou como exemplo hipotético um hospital que atenda pelo SUS, um modelo que exige hospitais de porta aberta, ou seja, não se pode negar o atendimento. “Então, a questão é: como regular a demanda do ponto de vista contratual? É algo que não está sob o controle do privado, né? Então, o contrato tem que olhar para o sistema de saúde como um todo, desde a atenção primária à saúde”, afirmou.

O ponto de atenção de Anker é, portanto, compreender o complexo regulador e estruturar bem as demandas do contrato e também prever a possibilidade de uma janela contratual para fazer revisões ordinárias, rever indicadores de desempenho de tempos em tempos. Para o especialista em estruturação de projetos, o objetivo tem de ser sempre manter um bom atendimento ao cidadão ao longo de 20, 25 anos de contrato.

Para fechar as falas dos painelistas, o tema foi direcionado para o apoio da Caixa Econômica Federal às políticas de governo na voz de **Cristiano Boaventura de Medeiros, Superintendente Nacional de Produtos Judiciários e Governo da CAIXA**. Para Medeiros, “o Brasil precisa crescer muito em infraestrutura, mas nos últimos anos encolheu e tem uma relevância muito grande quando se fala em investimento público, o governo federal é o principal player mas precisa dos bancos públicos como a Caixa e o Banco do Brasil, e os subnacionais”, afirma.

Medeiros considera que a Caixa tem tentado pulverizar o crédito, pois há alguns anos o ticket médio era muito maior nas operações, em torno de R \$50 milhões, porque tinha foco em grandes projetos e não atendia os pequenos municípios. O banco criou um curso para preparar os municípios, o que já apresentou resultados e, em 2022, assinou 500 contratos com ticket médio de R \$17 milhões.

Entre os desafios abordados por Medeiros estão o problema da prestação de contas e dos critérios de licitação. Para ele, o ente responsável precisa de um olho para executar a obra e outro para explicar como executou e gastou este dinheiro. “Hoje nós estamos cuidando, somente na Caixa, em termos de Orçamento Geral da União, 24 mil contratos ativos, são R \$60 bilhões em carteira que a Caixa administra e executa a aplicação do recurso. E, em financiamento, são três mil e quinhentos contratos com R \$100 bilhões de recursos, recurso que depende do público, mas o privado também é responsável porque muitas vezes a obra para”. E o outro problema ressaltado por Medeiros está na lei licitação pelo menor preço porque, segundo ele, muitas vezes “**a empresa que tem condições de ofertar o menor preço, muitas vezes não tem condições de executar, então precisamos rever isso e precisamos de ajuda do Congresso**”, afirmou, deixando a pauta em aberto para avançar o debate em outros fóruns.

FOTO: GILMAR FÉLIX



Superintendente Nacional  
de Produtos Judiciários e  
Governo da CAIXA

**Cristiano  
Boaventura  
Medeiros**

### TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: RUMO À ECONOMIA VERDE



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

A mediadora do painel Transição Energética, Solange Ribeiro, vice-presidente da Neoenergia, abriu o debate da tarde enfatizando a vantagem competitiva do Brasil quando a pauta é a transição energética. Entre os convidados estavam investidores, reguladores, financiadores e os fabricantes da cadeia energética. Solange afirmou que o tamanho do desafio e a velocidade exigida para as soluções têm de ser construídas com parcerias.

FOTO: GILMAR FÉLIX



Vice-presidente da Neoenergia

**Solange Ribeiro**

Para Solange, a transição energética precisa de investimentos muito grandes e o setor público, por sua vez, deve definir as políticas de forma tornar o ambiente interessante para os investidores. A mediadora lembrou que “fala-se muito sobre guerra na Ucrânia e a evidente importância da energia renovável”, então é preciso olhar para o contexto geopolítico sob o ponto de vista ambiental, mas também da segurança energética, não ficar dependente de uma única fonte, diversificar.

“É como eu costumo dizer, parafraseando Jorge Ben Jor, o Brasil é abençoado por Deus mesmo, por todas as fontes que tem e essa é, de fato, uma vantagem competitiva pra gente”.

FOTO: GILMAR FÉLIX



Para abarcar a amplitude do tema, o painel Transição Energética contou com nove debatedores.

## *Transição energética como vantagem competitiva para o Brasil*

Na sequência, Solange iniciou a dinâmica de perguntas e respostas com os convidados, chamando para a conversa o **Secretário de Planejamento e Transição Energética do Ministério de Minas e Energia, Thiago Barral**.

Thiago entende o Brasil como uma liderança reconhecida internacionalmente em transição energética ao mesmo tempo que o país também tem uma indústria de óleo e gás pujante, por isso pensar a segurança energética torna-se fundamental. O secretário entende que a indústria de óleo e gás deve alavancar, acelerar a inovação, fazer a migração de expertise, investimentos na descarbonização e combinar isso com um histórico muito consistente de desenvolvimento de fontes renováveis como recurso extremamente competitivo.

**“Nós temos excelentes recursos eólicos, excelentes recursos hidrelétricos, excelente potencial de biomassa excelente, potencial hidroelétrico, hidrogênio, enfim, das diversas fontes. Mas precisa de infraestrutura de transmissão como um ativo fundamental”** Thiago Barral, Secretário do Ministério de Minas e Energia.

O secretário afirmou que o Brasil tem muito potencial, mas tem muito dever de casa porque “o jogo não está ganho”.

FOTO: GILMAR FÉLIX



Secretário de Planejamento e Transição Energética do Ministério de Minas e Energia

**Thiago Barral**

FOTO: GILMAR FÉLIX



Diretor Geral da ANEEL

**Sandoval Araújo Feitosa**

Na sequência, Solange chamou para a conversa **Sandoval Araújo Feitosa Neto, Diretor Geral da ANEEL**, que abriu a participação afirmando que “nós estamos no caminho certo, em direção à transição energética, há mais de setenta anos”. É um caminho que, segundo ele, se fortaleceu em resposta à grande crise de petróleo que tivemos lá em 1970, fizemos migração para o álcool e começamos a construir as nossas grandes hidrelétricas.

Para Feitosa Neto, a transição energética não precisa ser necessariamente cara para o país, pois, para ele, é possível fazer sem onerar excessivamente o custo-Brasil, a vantagem competitiva permite essa margem para avançarmos nesse caminho. Então, o que a ANEEL tem feito?, perguntou o painelistas. “Em 2002, nós tivemos um marco muito importante na direção das energias renováveis quando nós iniciamos os incentivos para a implantação de empreendimentos eólicos, solares, desconto no fio, leilões



compulsórios para compra de energia renovável.”

O diretor também ressaltou o fato de em 2019 ter tido uma regulamentação completamente aberta, bastante amigável, para eletrificação veicular. E destaca: “Não há nenhum pedágio, não há nenhuma restrição, nenhuma barreira regulatória para que diversos carros elétricos abasteçam na nossa imensidão de rede que temos no Brasil.”. Feitosa afirma que foi feita e aprovada uma regulamentação de gestão da demanda, ou seja, sinais econômicos para o consumidor decidir, diante de um preço justo, se vai consumir energia elétrica.

**“A transição energética ela não é uma pauta do Ministério de Minas e Energia. Ela é uma pauta de governo, vai ter que ser transversal, setor de transportes, o setor de combustíveis, o setor elétrico, o setor de locomoção, de transportes. Nós temos recursos suficientes para eletrificar toda a nossa economia, basta que haja uma decisão de governo” Sandoval Araújo Feitosa Neto, Diretor Geral da ANEEL.**

FOTO: GILMAR FÉLIX



Diretor Geral da  
Associação Nacional  
do Petróleo

**Rodolfo Saboia**

O diretor-geral da Associação Nacional do Petróleo, Rodolfo Saboia, assumiu a fala na sequência afirmando “se sentir um peixe fora d’água”, porque a ANP foi altamente impactada pela transição energética porque “havia um combate feroz à produção de hidrocarbonetos” como fonte de energia, queima de combustíveis fósseis para a geração de energia. Mas “sob uma ótica que me parece equivocada de que era possível que a transição energética acontecesse pela falta dos combustíveis fósseis, ou seja, pela supressão da energia gerada e, portanto, dos gases do efeito estufa gerados”. Segundo Saboia, o que a guerra, a invasão da Ucrânia pela Rússia, trouxe de fato novo para essa discussão é a visão de que a transição energética é absolutamente indispensável, inadiável, e ela não pode vir na frente da segurança energética.

**“Mas hoje já há uma compreensão muito mais viva que é a da importância de a segurança energética vir à frente da transição energética. Falta de energia não é transição.” Rodolfo Saboia, diretor da ANP.**

Saboia alertou que, se o mundo interromper hoje a exploração de petróleo, não a produção, mas a busca por novos reservatórios, o Brasil teria uma crise de energia em dois ou três anos. Esta questão ilustra a preocupação com a segurança energética e mostra “a dimensão do drama que nós estamos falando”, afirma Saboia. Para o diretor, ainda existe um desafio gigantesco para se eliminar a presença dos combustíveis fósseis na matriz energética do mundo. Então, a indústria passa por um processo de diversificação, a maioria das companhias de petróleo e de fósforos de uma maneira geral incorporou a palavra energia para estar em dia com um processo que as levem a ser empresas de energia e não exclusivamente de petróleo. “Esse é o processo pelo qual esse mercado passa hoje no Brasil”, conclui.

## *Subsídio à energia renovável: “não há mais nenhuma necessidade”*

FOTO: GILMAR FÉLIX



Presidente da  
Eletrobras

**Wilson Ferreira**

Na sequência, o **Wilson Ferreira, presidente da Eletrobras**, fez uma argumentação contra o subsídio do governo a investimentos na cadeia de energia renováveis. Ele disse que “o subsídio existe para a gente começar coisas, para investir bem”. Com subsídios, avançou a geração de energia solar e eólica, por exemplo. O problema para o governo é que “o subsídio que vocês conhecem é uma coisa que começa e, infelizmente, a gente não consegue se livrar dele”.

O subsídio de energia solar, por exemplo, é dado àquele com capacidade de investir em geração própria, especialmente para as pessoas físicas, e ele deixa uma conta de subsídio para ser paga pelas pessoas que não podem adquirir aquele bem. “É uma crueldade”. Só neste ano 2023, o valor implícito na tarifa da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é de R \$5 bilhões de reais.

**“Eu penso que não é colocado com essa clareza, mas nós precisamos ter clareza que não há mais necessidade de subsídio nem pra solar, nem pra eólica, quer dizer, eles têm subsídios aí na na tarifa de fio, etc Tudo isso tem que acabar, para que as fontes de energia possam ter a forma correta da sua precificação.”** Wilson Ferreira, presidente da Eletrobras

Para Ferreira, o subsídio é uma palavra a ser olhada com muito cuidado porque acaba gerando opções equivocadas, não as melhores soluções, ou seja, “nós inventamos aqui mais uma jabuticaba brasileira: a possibilidade que o subsídio beneficie não aquele que precisa, mas exatamente aquele que não precisa”. Ferreira entende que o caso da energia renovável é um deles e não há mais nenhuma necessidade de subsídio.

Na sequência, a fala de **Eduardo Sattamini, Diretor-Presidente da ENGIE Brasil Energia S.A**, foi ao encontro da ideia de Ferreira em relação aos subsídios. Ele afirmou que estamos passando por uma situação que coloca em risco o futuro da transição energética. Por quê? Porque com o preço baixo cobrado pelo excesso de energia disponível há um desestímulo para os investidores fazerem novos parques eólicos, solares, e isso desmonta toda a cadeia de valor. Sattamini lembrou da informação do ano passado sobre o fechamento da operação da GE Energia, parte eólica, aqui no Brasil o que, segundo ele, demonstra um

FOTO: GILMAR FÉLIX



Diretor-Presidente da  
ENGIE Brasil Energia S.A.  
**Eduardo Sattamini**

indicativo de “acabar com todo o esforço que fez com o PROINFRA para montar uma indústria e a gente vai acabar desmontando”. Neste sentido, o diretor da ENGIE afirma que vê a caça ao subsídio como um movimento importante para cortar os benefícios que já não são mais devidos e não são mais necessários.

FOTO: GILMAR FÉLIX



Presidente da CPFL Energia  
**Gustavo Estrella**

Para ele, o Brasil precisa criar uma política de governo que permita produção, rápida tomada do consumo e, com isso, diminuir a pressão “maligna” sobre a cadeia de valor. “Depende de política de governo sim e, como gerador, a Eletrobras quer contribuir para que isso aconteça.”, concluiu Sattamini.

Para **Gustavo Estrella, presidente da CPFL Energia**, as empresas privadas têm um papel relevante no processo de transição energética e, para ele, a maneira de se preparar para o novo cenário é com investimento e planejamento a longo prazo. “Se eu pegar aqui os meus números, em 2022 eu fechei o terceiro ano sequencial de recorde de investimento em distribuição. Eu acho que essa essa

# COM O FUTURO NÃO SE BRINCA

Na ENGIE, adotamos um modelo de crescimento sustentável, buscando enfrentar os grandes desafios da transição energética para uma economia neutra em carbono.

Estamos acelerando essa transição no Brasil, agindo hoje para oferecer soluções cada vez mais integradas e inovadoras, que ajudam empresas e cidades a se tornarem mais eficientes, conscientes e sustentáveis.



Assista ao filme

ENGIE

25 ANOS NO BRASIL

As crianças nesta campanha são filhos e filhas de colaboradores da ENGIE.

estratégica



FOTO: GILMAR FÉLIX



Presidente da Hitachi Energy do Brasil

**José Roberto de Paiva**

demanda que a gente tem de novos investimentos, essas novas tecnologias, automação de rede demandam uma qualidade cada vez maior”, afirmou.

Estrella explica que o setor tem hoje um crescimento grande da geração de energia distribuída e que ela acontece também nos centros urbanos, mas em áreas mais rurais descentralizadas precisam de um investimento de robustez de rede porque é uma carga em região que até pouco tempo atrás não tinha clientes. O executivo afirma que é preciso fortalecer um ambiente ganha-ganha, porque “quando a gente opera a rede da forma correta a gente faz os investimentos que tem que ser feitos, a gente traz qualidade, a gente traz eficiência e até pela própria dinâmica da regulação mais qualidade, mais eficiência”. Para ele, no final do dia, o benefício vai para o consumidor final.

Como investidor de ponta em alto potencial no setor, o executivo **José Roberto de Paiva, Presidente da Hitachi Energy no Brasil**, falou sobre as revoluções da indústria 4.0 na forma de gerar, transmitir e distribuir a energia elétrica. O monitoramento, algoritmos sofisticados e a geração de dados têm a possibilidade de prevenir falhas e prever erros. Um exemplo citado é uma nova técnica de monitoramento via satélite para a influência das árvores nas linhas de transmissão para mitigar os efeitos danosos para a transmissão. A tecnologia ainda não está disponível no Brasil, mas ele acredita que entrará no portfólio rapidamente.

A última a falar no painel foi **Luciana Aparecida da Costa, Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES**, e afirmou sem hesitar que “o hidrogênio é a grande revolução do momento em termos de energia”. Luciana contou que o sobrinho dela perguntou “tia, você sabia que o sol é feito de hidrogênio? Eu falei, sabia. É a fonte de energia mais potente que tem.” Para Luciana, a primeira grande revolução industrial foi a revolução do carvão, a segunda do petróleo e da química fina e, neste momento de transição energética, a renovável por hidrogênio.

“A gente não olha mais a energia sem a ver associada à mudança climática. E, sim, o custo de capital que tem que nortear o investimento pro lugar correto e no longo prazo. Geopoliticamente, Estados Unidos e Europa estão começando a competir por atrair esses investimento em energia renovável, em hidrogênio.”, afirmou. **Para Luciana, a visão do BNDES é bem clara: olhar a energia junto com o clima, porque não são coisas dissociadas, e hidrogênio é uma prioridade, além disso o órgão trabalha para ter uma debênture verde para financiar hidrogênio.**

FOTO: GILMAR FÉLIX



Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES

**Luciana Aparecida da Costa**



# Promovendo um futuro de energia sustentável

Gerenciando a complexidade da energia  
e permitindo uma vida inteligente por meio  
da digitalização.

[hitachienergy.com](http://hitachienergy.com)

### **SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS**



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

**N**a abertura do painel, o mediador **Gesner Oliveira**, sócio da **G.O Associados**, destacou o atraso histórico que o país registra no saneamento.

Existe um triste diagnóstico de que em 2020 cerca de 16% da população brasileira não tinha acesso à água potável e 45% não eram servidos de esgotamento sanitário. Desde que foi aprovado o novo marco do saneamento básico e foram estabelecidas as principais metas para universalizar a prestação dos serviços no setor, a realidade começou a mudar.

De fato, em apenas 2 anos, foram realizados nove leilões de concessões no setor, beneficiando cerca de 20 milhões de pessoas em 212 Municípios das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, com investimentos estimados em R\$ 72,2 bilhões. A participação do setor privado no atendimento à população passou de 8% em 2019 para 22% em 2021 e nos investimentos, saiu de 12,5% para 20,6% no mesmo período.

Avanços igualmente relevantes foram obtidos na área de resíduos sólidos a partir de 2010, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas ainda convivemos com problemas ambientais e regulatórios que precisam ser enfrentados, principalmente quanto aos lixões. Investindo no setor de saneamento e resíduos sólidos, o Brasil tem muito a ganhar, não só nas questões de qualidade de vida e de saúde pública, mas, também, como gerador/vendedor de créditos de carbono, para atender às demandas de compensação no Brasil e no mundo.

FOTO: GERALDO LIMA



Sócio da G.O. Associados  
**Gesner Oliveira**

### ***O caminho para a universalização do atendimento***

O painelistas **Hildo Rocha**, **Secretário Executivo do Ministério das Cidades**, abriu o debate sobre saneamento básico e resíduos com a afirmação de que os problemas de escassez de serviço à população no setor podem se transformar em soluções que gerem riquezas para a população. Segundo Rocha, “basta saber usar”. Rocha enxerga que a drenagem, por exemplo, é uma forma de prestar um bom serviço de interesse público e ao mesmo tempo ganhar dinheiro,

Na sequência, **Veronica Sanchez da Cruz Rios**, **Diretora-presidente da ANA**, destacou a questão da regionalização do saneamento. Para Verônica, é importante estabelecer que a atividade fundamental da Ana é a supervisão regulatória. De fato, o tema da regionalização



foi uma novidade trazida pela lei de 2020. Então todo esse movimento de regionalização induzido pela lei de 2020 vem nesse espírito de ampliar o acesso aos serviços, dando mais autonomia para cumprir as metas de universalização.

Veronica explicou que a União tem um papel indutor na proposta de regionalização, para ajudar os Estados e os municípios a alcançarem os requisitos para regionalização para cumprir a meta de universalização de acesso ao saneamento no país, traçado para 2033. A diretora contou que muitos países têm procurado a ANA para conhecer o exemplo brasileiro para ver como **o Brasil conseguiu incluir mais de 24 milhões de pessoas por meio dos contratos de concessão assinados** nos últimos 2 anos e meio, não só com garantia do acesso, mas também de qualidade, de redução de perdas, de economicidade, de eficiência na prestação dos serviços. “O desafio não é trivial, temos dez anos para atingir a meta de universalização”, afirmou.

“Então eu fico realmente muito satisfeita de que, após esses meses de discussões intensas, a conclusão a que se chega é que a ANA deve permanecer com o seu papel de editar as normas de referência para o setor e fortalecer a política pública que é conduzida pelo Ministério das Cidades.”, afirmou.

FOTO: GERALDO LIMA



Diretora-Presidente da ANA  
**Veronica Sanchez  
da Cruz Rios**

FOTO: GERALDO LIMA



Os desafios do marco do saneamento foram abordados por especialistas no tema.

Na sequência, **Rogério de Paula Tavares, diretor na AEGEA Saneamento**, reforçou a necessidade de unir esforços para alcançar o objetivo de universalização do saneamento. Segundo Tavares, a AEGEA opera uma série de contratos de esgotamento sanitário em PPPs e está assinando contrato no Ceará, com a companhia estadual. “Nós entendemos isso como bastante positivo. Quer dizer, o modelo, a modelagem de PPP, ela é, ela pode efetivamente contribuir na direção da universalização.”, afirmou. Tavares afirmou que a orientação da União como garantia para que os municípios e Estados possam desenvolver a regionalização é necessária porque torna-se um instrumento válido, tem de apoiar todos os modelos, considerando a realidade de cada Estado e de cada companhia estadual para construir soluções.

Na sequência, a pauta foi direcionada para a discussão sobre tratamento de resíduos sólidos com a fala

FOTO: GERALDO LIMA



Diretor da AEGEA  
**Rogério de Paula Tavares**

FOTO: GERALDO LIMA



No turno da tarde, os participantes se dividiram em quatro salas simultâneas.



de **Carlos Villa**, **Presidente do Conselho da Solví Participações** para quem não é justo os municípios seguirem pagando a conta de um serviço que não tem sustentabilidade financeira e provocou “Vocês acham justos nós pagarmos para termos água, tratamento de esgoto, energia, internet, gás, telefone e não pagarmos para coletar e tratar os nossos resíduos?”, perguntou. Vila foi assertivo no posicionamento comparativo, já que para ele coletar e tratar resíduos sólidos é um serviço como o da energia, do gás e da telefonia. Para ele a taxa terá de ser cobrada do usuário “não tem sentido em uma cidade como São Paulo, a prefeitura está subsidiando as pessoas que têm renda suficiente para estar pagando por esse serviço. Quem pode pagar, tem de pagar. Eu diria que este é o grande desafio”.

FOTO: GERALDO LIMA



Presidente do Conselho da Solví Participações  
**Carlos Villa**

## *Sustentabilidade econômico-financeira e financiamento*

Para abordar o tema de financiamento para projetos de saneamento e resíduos sólidos foram chamados à conversa o **Felipe Borim Villen**, **Superintendente da Área de Infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** e **João Henrique Delibaldo**, **Superintendente de Infraestrutura da Caixa Econômica Federal (CEF)**. A palavra começou com Villen para quem os investimentos anuais atualmente estão longe de atender a demanda para atingir a meta de universalização para 2033. “É um problema tão grande que eu acho que tem espaço tanto para o investimento público quanto para o privado”, afirmou.

Outro ponto de atenção para Villen é a participação tanto do BNDES como da CEF na estruturação de projetos para submissão ao financiamento. Esse é o ponto da modelagem para tornar as propostas mais viáveis para os municípios. “Principalmente, no saneamento, o banco ajudou a estruturar projetos que viabilizaram 12 leilões e uma quantidade muito grande de investimentos. Cerca de 60 bilhões de investimentos nos próximos 10 anos.”

Para Delibaldo da CEF, a infraestrutura é apaixonante porque as pessoas que respiram e vivem este universo dia e noite têm um mesmo objetivo, que é ajudar o Brasil a crescer, ajudar a chegar saneamento, água, esgoto, na casa das pessoas e melhorar a condição do Brasil na questão dos resíduos sólidos. Delibaldo contou que esteve em um aterro no Ecoparque, em São Paulo, “é um trabalho incrível que é feito, o trabalho de pegar o lixo e transformar em

FOTO: GERALDO LIMA



Superintendente da Área de Infraestrutura do BNDES  
**Felipe Borim Villen**



energia, transformar em algo útil para a sociedade”, afirmou.

O superintendente da CEF afirmou que a caixa é reconhecida como referência no saneamento, consegue emprestar, fazer essa operação de saneamento para todos, fazer o FINISA (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) para todas as companhias, sejam elas públicas, privadas, todas são importantes porque ainda há muito o que fazer pelo Brasil. “A gente tem buscado reforçar mesmo isso. A gente tem pelo menos R\$ 5 bilhões para esse ano de operações de infraestrutura e a gente quer colocar isso de pé, ajudando as companhias a chegar lá”.

FOTO: GERALDO LIMA



Superintendente da Infraestrutura da Caixa Econômica Federal (CEF)

**João Henrique Delibaldo**



**Contribuir para a recuperação de ecossistemas.**

Aegea. Nossa natureza movimenta a vida.



**Guilherme Cyrino**

Assistente de Engenharia/Mirante



**ae**  
**aegea**  
*Nossa natureza movimenta a vida.*

### ***PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO, FINANCIAMENTO, GARANTIAS E ESG***



Acesse o vídeo do painel na íntegra através do QR Code ao lado

O painel de encerramento do Fórum ABDIB foi contextualizado pelo Presidente-Executivo da ABDIB, Venilton Tadini, que pontuou a necessidade de definir uma estratégia de desenvolvimento que considere os movimentos internacionais, transição energética, economia verde e da reestruturação das cadeias globais de valor. Para tanto, Tadini destaca que é preciso planejamento de médio e longo prazo, e cita, como exemplo, a iniciativa da elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI), que representa um avanço, mas ainda é necessário muito aperfeiçoamento para a integração dos projetos e definição de prioridades.

Tadini enalteceu a recente divulgação de diretrizes para o novo PAC da Infraestrutura pelo governo federal, que procura estabelecer estratégias de desenvolvimento via indução do Estado na articulação dos investimentos. “Agora vem a fase mais difícil, que é a definição de prioridades para os projetos dentro de uma lógica de desenvolvimento articulada, pretendida, ou seja, o planejamento de médio e longo prazo”.

O planejamento a médio e longo prazo deve ainda estar atento às diretrizes de ESG, segundo Tadini. Além de aspectos financeiros, os projetos devem considerar impactos ambientais, sociais e de governança visando um projeto de Brasil mais sustentável com foco na economia verde e no bem-estar da população. Os projetos para submeter a financiamentos hoje em órgãos internacionais e no próprio BNDES trazem estes elementos muito fortes.

Tadini também destacou a necessidade de reforçar e ampliar o papel de fomento do BNDES para o investimento em infraestrutura, bem como a participação dos órgãos multilaterais de crédito, como meio de acessar o mercado de capitais externos. “Será necessário incentivar o desenvolvimento de novos produtos pelo mercado segurador, com melhor estrutura de garantias”, afirmou.

### ***Dimensão estratégica robusta para obras de Infraestrutura***

A primeira painelistas a ser chamada para o debate foi a **Secretária Nacional de Planejamento do Ministério de Planejamento e Orçamento, Leany Barreiro de Sousa Lemos**, para quem importa primeiro a definição de uma visão de futuro, com valores, eixos e objetivos estratégicos, onde caibam os programas e se tenha o avanço em rodadas participativas. Provocada pela mediação do Presidente do BMG Seguros, Jorge Santana, a secretária explicou que o planejamento vem sendo desenvolvido por muitas mãos e mentes e o governo “trabalha com cenários prospectivos a partir de pelo menos 15 documentos internacionais e nacionais de planejamento de mais longo prazo: global trends da OCDE, documentos do Banco Mundial, documentos do BID e planejamentos

nacionais”. O objetivo é encontrar convergências de onde o Brasil quer chegar no cenário macroeconômico nacional e internacional.

Ao mesmo tempo, a secretária pondera que é preciso não perder de vista os projetos em andamento para priorizar onde há resultados mensuráveis e redimensionar o que for necessário. “Se a gente não tem uma boa estratégia, uma boa síntese de para onde vamos, a gente perde nisso. Então todo esse processo a gente sabe que o governo trabalha em paralelo. É assim mesmo, ali na frente, tudo vai se encontrando”, afirmou. A secretária destacou que o novo PAC, programa de desenvolvimento para o país, com novos investimentos, já vem com esta clareza e priorização dos temas que são mais relevantes nos próximos anos.

Na sequência, foi a vez de ouvir o **Nelson Barbosa, Diretor de Planejamento e Infraestrutura do BNDES**, sobre a retomada de investimentos em infraestrutura no país.

Barbosa afirmou que a PEC da transição foi o primeiro passo para permitir o passo inicial do governo porque aumentou os recursos para investimento, mas ainda é preciso construir as condições para que o Brasil possa manter um crescimento constante, de 3% em média por ano. “Isso não vai acontecer rápido, vai levar um tempo. Nós estamos crescendo em torno de 1%. Mas a gente tem que almejar isso.”, afirmou.

FOTO: GERALDO LIMA



Secretária Nacional de Planejamento do Ministério de Planejamento e Orçamento

**Leany Barreiro de Sousa**

FOTO: GERALDO LIMA



O representante do BID, Morgan Doyle, falou sobre o financiamento para a infraestrutura.



Segundo Barbosa, o Brasil não vai convergir para um país de renda média muito rapidamente porque a questão envolve várias frentes e o equilíbrio fiscal. “E sem o equilíbrio fiscal, o voo é curto”. Mas, para o diretor do BNDES, envolve também a recuperação da capacidade de planejamento com diálogo para dar conta de um país continental, onde cada Estado é uma realidade diferente, e é preciso ouvir as empresas e os governos.

“Essa coisa do burocrata iluminado, planejando sozinho, fechado, não funciona. Nós temos colocado que nós queremos dobrar o tamanho do BNDES para compensar o grande enxugamento que ocorreu no seu orçamento nos últimos anos”.

A questão das garantias para os investidores também foi abordada por Barbosa no painel. O diretor trouxe duas abordagens: uma que está sendo tratada pelo Ministério da Fazenda para dar segurança para investimentos nos entes subnacionais e atrelar garantias dadas pelo governo federal às PPPs e “com isso elimina uma fonte de incerteza”. A segunda abordagem mencionada é mais micro, projeto a projeto, para entender quais projetos podem ter uma receita associada que possa dar segurança de contrapartida ao investimento na prestação de serviço.

Na sequência, **Marcus Cavalcanti, Secretário Especial do Programa Parcerias de Investimento (PPI)** lembrou do que foi falado no painel de abertura do Fórum ABDIB sobre a infraestrutura não ser um projeto de governo, mas um projeto de Estado, e, por isso a necessidade de ter um planejamento de longo prazo. O planejamento permite que o governo possa ter metas dos investimentos com recursos do orçamento da União e o que será do setor privado e quais são as fontes de financiamento. Cavalcanti entende que o desafio está em integrar os projetos considerando as características dos Estados e municípios porque “são países diferentes e precisam de receitas diferentes” e por isto a importância de uma política de Estado que envolva PPPs, concessões, investimentos, fontes de financiamento. Cavalcanti afirmou que nem todos projetos estarão na carteira do PPI, ainda que possam ser acompanhados pelo Programa.

Como porta-voz do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, **Morgan Doyle, representante do BID no Brasil**, respondeu sobre as perspectivas de ampliar a atuação do BID nos diversos segmentos da infraestrutura no Brasil. Para Doyle, o banco já é um ator muito envolvido na questão da infraestrutura no Brasil, seja ao lado do setor público ou do setor privado, mas também e crescentemente com o PPI e outros parceiros no apoio às concessões e parcerias público-privadas.

FOTO: GERALDO LIMA



Diretor de Planejamento e Infraestrutura do BNDES  
**Nelson Barbosa**

FOTO: GERALDO LIMA



Secretário Especial do Programa Parcerias de Investimento (PPI)  
**Marcus Cavalcanti**

Doyle concordou com Leany e Barbosa, em fala anterior, sobre a necessidade de priorização de projetos e eficiência dos resultados. Mas, Doyle entende que ainda mais relevante é o apoio para a preparação de projetos, para garantir iniciativas ambientalmente sustentáveis, fiscalmente responsáveis e que promovam uma alocação eficiente dos riscos. A ideia é que “os projetos possam e devam ser jogos de ganha-ganha entre os serviços para a população, os investidores e os governos. Então nós do BID temos trabalhado bastante para ajudar nossos diversos parceiros através de uma série de iniciativas”, pontuou.

Doyle afirmou que o BID está trabalhando em 26 projetos para investimento privado, como o trem intercidades São Paulo-Campinas e um complexo hospitalar em Florianópolis. Os dois exemplos foram citados para exemplificar as melhores práticas de gestão de risco, social e ambiental. E reforçou que o BID tem preparo para ajudar os parceiros através de iniciativas que apontam na direção de contribuir com o Sistema Nacional de Investimento Público para consolidar ferramentas para elaboração, para classificação de monitoramento de padrões de sustentabilidade dos projetos. “Estamos comprometidos em aumentar e melhorar a qualidade dos serviços para os cidadãos. Isso porque entendo que a parceria com os senhores presentes aqui nesse painel e também com os atores privados que estão aqui nessa sala é o que vai de fato garantir serviços de qualidade lá na ponta”

No entanto, ainda é preciso definir os projetos estruturantes prioritários com planejamento integrado de médio e longo prazo. Tanto o estoque de projetos já em andamento e aqueles a serem desenvolvidos visando a novos saltos quantitativos e qualitativos de desenvolvimento econômico serão demandadas somas superlativas de recursos privados e públicos exigidos exigindo bons estudos de mitigação de risco, estruturação de garantias e ampliação e diversificação de fundos.

O mediador Jorge Santana, Presidente da BMG Seguros, ainda conduziu uma rodada de perguntas para os painelistas antes de encaminhar o encerramento, enfatizando o otimismo predominante nas mensagens ouvidas no evento. Para Santana, “a gente construiu e tem hoje um arcabouço regulatório nas diversas áreas bastante sólido, muito melhor do que tínhamos antigamente e temos projetos maravilhosos”, afirmou. **Para Santana, se o setor resolver o problema do investimento, controle, gestão, é possível haver um salto grande para potencializar o investimento e o crescimento da infraestrutura no país.** “O desafio que eu percebo, é colocar tudo isso junto”, apontou Santana como um desafio conjunto para ser encaminhado.

Os debatedores fecharam as falas concordando sobre o peso importante do planejamento de longo prazo para destacar e valorizar não só os projetos, mas principalmente os processos e o monitoramento de indicadores de qualidade para que os investimentos possam efetivamente produzir resultados para a sociedade nos distintos setores da infraestrutura nacional.

FOTO: GERALDO LIMA



Representante do BID  
no Brasil

**Morgan Doyle**

# ABDIB FÓRUM 2023

AVANÇOS NA INFRAESTRUTURA E REINDUSTRIALIZAÇÃO



## PATROCINADORES DESTA INICIATIVA

### PATROCINADORES DIAMANTE



### PATROCINADORES OURO



### PATROCINADORES PRATA



Siemens Energy é uma marca licenciada pela Siemens AG.